

O Senado e o luxo da frivolidade

Federal

11 JUN 2003

VALOR ECONÔMICO

Primero, quando ficou evidente que a agenda das reformas ocuparia o Parlamento, moveria o jogo político e tomaria a atenção da mídia, o Senado tentou mudar o princípio constitucional segundo o qual os projetos de governo começam a tramitar, no Congresso, pela Câmara. O presidente da Casa e o líder do governo, senadores José Sarney e Aloizio Mercadante, foram ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, à época, pedir ajuda para imporem aos deputados a divisão das balas de mel. Mal sucedidos no que seria violação do princípio constitucional, passaram a contabilizar e a usar, como dolo, o exercício, pela Câmara, de suas atribuições legais.

Assim, o Senado transformou em trombada e descoordenação as ações que, por exemplo, resultaram na criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, na Câmara, para investigar a evasão de divisas, nela incluído um inquérito sobre o Bannestado, cujo pedido de criação de CPI havia sido arquivado pelos senadores. Figuraram também na conta da desintegração as votações da medida provisória do novo Refis, na Câmara, que derrubaram modificações feitas no Senado.

Na semana passada, o presidente Lula da Silva ouviu novamente queixas e pedidos de intervenção, durante audiência que concedeu ao presidente e líder do governo no Senado e a uma comitiva de políticos do PMDB que foram ao Palácio da Alvorada levar a adesão do partido ao governo. Na falta de cargos a reivindicar, pois estão indisponíveis, os pemedebistas pediram ao presidente intervenção para que os trabalhos da Câmara e do Senado não se choquem.

O que o Senado acha que o presidente Lula poderia fazer? Talvez proibir a Câmara de criar uma CPI que foi derrubada no Senado... Ou determinar que fossem mantidas, na volta do projeto à Câmara, apesar dos acordos interpartidários firmados pelo governo com os deputados, as mudanças feitas pelos senadores no Refis quando a proposta por lá passou...

Cobiça de melhores temas ou palanques?

Não há o que o presidente da República possa fazer se o Senado, possivelmente até pelo vício de estar há três anos alimentado-se dos holofotes fáceis de grandes escândalos apurados na sua Comissão de Ética, prefere, em lugar de cuidar de seus assuntos, cobiçar os temas alheios. Por que são melhores palanques no momento? São, mas há dezenas de assuntos importantes que poderiam estar dominando as reflexões dos senadores e permanecem engavetados. Por exemplo: um grande debate sobre as atribuições do Banco Central, que pudesse realmente clarear as mentes dos senadores quando se defrontarem com as votações de projetos que tratam da autonomia do BC. A política econômica está muito associada às atribuições do Senado, que tem a responsabilidade, inclusive, de aprovar presidente e diretores do Banco Central. Como, também, as atribuições na área da política externa estão ligadas à instituição. Por que não se dedicar às questões Integração Comercial, inclusive para se municiar para as decisões sobre a Alca?

E os assuntos federativos? E a reforma do Judiciário que lá está há tempos? Julho está logo aí e, com ele, a eterna discussão sobre a pauta da convocação extraordinária do Congresso. Estando a Câmara com as reformas, o Senado vai novamente entrar na crise de objetivos que tolheu sua ação até agora. Seria interessante que poupasse o eleitor do vexame que a disputa com a Câmara representa e passasse, de uma vez, à discussão das competências da instituição bicameral.

Ministro no telhado

Está condenado a perder o cargo o ministro Roberto Amaral (PSB), da Ciência e Tecnologia. O chefe da Casa Civil, ministro José Dirceu, procura dois postos de primeiro escalão, um para o PMDB, que acaba de aderir ao governo, outro para o PSB, aliado de primeiro hora. Mas dificilmente a área de Ciência e Tecnologia voltará às mãos dos políticos. O ministério é absolutamente estratégico para a política de desenvolvimento e Amaral tem sido um empecilho. Mas o governo sabe que será uma troca com muito barulho. O ministro vai bem no quesito popularidade entre a clientela exatamente pelas ações que mais irritam o Planalto, como as que confundem política de ciência e tecnologia com aumento de bolsas de pesquisa.